

O Motyrum Penitenciário como prática extensionista no estado do Rio Grande do Norte

Thayane Campos
Cláudio Roberto de Jesus

O Motyrum Penitenciário: Educação Popular em Direitos Humanos no Sistema Prisional do Rio Grande do Norte é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O objetivo principal é estabelecer um diálogo entre graduandos e pessoas privadas de liberdade, a partir de atividades que promovam uma reflexão crítica com temáticas sobre direitos humanos e cidadania pela perspectiva freireana. Vinculado ao curso de Gestão em Políticas Públicas e multidisciplinar, o projeto conta com extensionistas da área das humanidades. A partir deste perfil multidisciplinar promove-se diferentes ações de acordo com as necessidades do sistema prisional rionortegrandense, além de atividades de pesquisa e de ensino. Tendo como base o início da pandemia da covid-19, o objetivo geral do artigo é problematizar até que ponto essa crise sanitária mundial limitou as ações de extensão e de que forma potencializou novas formas de atuação de 2020 a 2023. Como resultados, será realizado um relato de experiência sobre a realização das atividades do projeto, descrevendo as atuações do Motyrum Penitenciário no âmbito da pesquisa, da extensão e do ensino.

Palavras-chave: campo de públicas; extensão universitária; Motyrum Penitenciário; privados de liberdade.

1. O MOTYRUM PENITENCIÁRIO

O Motyrum Penitenciário: Educação Popular em Direitos Humanos no Sistema Prisional do Rio Grande do Norte é um dos núcleos do projeto de extensão Motyrum, pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde 2005. Tem como objetivo principal, estabelecer um diálogo entre graduandos e pessoas privadas de liberdade, a partir de atividades que promovam uma reflexão crítica com temáticas sobre direitos humanos e cidadania pela perspectiva freireana. O Núcleo Penitenciário visa fomentar o debate criminológico, trazendo para o meio acadêmico os atores e protagonistas da conjuntura que envolve o sistema prisional do Rio Grande do Norte, realizando “extensão às avessas”. Esse objetivo é contemplado principalmente por meio da realização de eventos como o “Diálogos Carcerários” e o “(IN)Justiça Penal”, tencionando incluir a universidade nos debates acerca do sistema carcerário no RN, a partir da vivência das pessoas que com ele interagem diretamente (apenados e apenadas, profissionais do Direito, policiais penais, familiares de apenados e outros profissionais).

No âmbito da pesquisa e da divulgação do conhecimento acadêmico, o Núcleo Penitenciário do Motyrum publica a “Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate”, pioneira no Estado do Rio Grande do Norte e no Nordeste, a versar exclusivamente sobre a temática, cujo principal objetivo é o fomento dos debates voltados para as ciências criminais na academia. Procura contemplar o objetivo constante de inserir nesses diálogos seus sujeitos, que têm a oportunidade de desenvolver a autoconsciência e reconhecimento de direitos e garantias. A revista prioriza uma análise cidadã da conjuntura social relacionada às abordagens da criminologia crítica e o protagonismo social dos sujeitos que se inserem nesses diálogos, com especial destaque para os indivíduos ligados ao sistema prisional: apenados(as), seus familiares, policiais penais, magistrados, pesquisadores, dentre outros.

O projeto começou no curso de Direito, com uma proposta voltada para a assistência jurídica. A partir de 2016 passou a ser vinculado ao curso de Gestão em Políticas Públicas e ganhou um caráter multidisciplinar. Atualmente procura contar com a participação de alunos da graduação de diferentes cursos das humanidades, tais como: Gestão de Políticas Públicas, Direito, Ciências Sociais, Antropologia, Psicologia, Letras e Pedagogia. A partir dessas áreas, o projeto promove diferentes ações que visam intervir na realidade do sistema prisional rionortegrandense, além de promover atividades voltadas para a pesquisa e para o ensino.

A atuação do Motyrum, tradicionalmente, teve duas vertentes principais. Por um lado, manteve a orientação jurídica, com acompanhamento dos processos dos privados de liberdade. Por outro, intensificou as práticas pedagógicas de educação popular, ofertando oficinas de

direitos humanos. Seguindo a perspectiva freiriana, os discentes tiveram que pensar práticas que se adequasse à realidade da população carcerária potiguar, composta basicamente de pessoas com baixa escolaridade. As oficinas privilegiavam atividades lúdicas e usavam como ferramentas a produção de cordel, cartilhas, poemas, dentre outras. No entanto, o grande desafio era manter a regularidade das atividades.

A prisão normalmente é percebida como um local de isolamento da sociedade, como se os muros e as grades fossem capazes de cessar o fluxo de relações entre os apenados e o mundo exterior. Os vasos comunicantes¹ colocam desafios para a gestão prisional, uma vez que a entrada e a saída de pessoas vai de encontro ao desejo de rotinas rígidas e controle do cotidiano. Além da atuação dos discentes alterar a rotina do presídio, outro ponto conflitante era trabalhar a temática dos direitos humanos com os privados de liberdade. Ainda que formalmente a Lei de Execução Penal² defina o tipo de assistência que o custodiado deve ter, falar de direitos em uma sociedade fortemente marcada pela exclusão gera ruídos. A dificuldade de regularidade das ações do Motyrum Penitenciário no sistema prisional piorou com o massacre³ ocorrido no Presídio de Alcaçuz, em 2017. Desde o ocorrido, as portas para atuação se fecharam. Com as disputas entre facções dentro e fora dos presídios, fortaleceu-se o argumento de manutenção da segurança. Ou seja, a gestão penitenciária passou a priorizar o controle e disciplina, em detrimento às ações que vislumbravam a reintegração social.

As diversas chacinas, fugas espetaculares, a criação e expansão das organizações criminosas no seio do sistema prisional e suas conexões com o mundo fora dos muros colocou em cena o sistema prisional. A passagem da situação de relativa invisibilidade para o lugar central da crise na segurança pública mudou não só o olhar da sociedade em relação a instituição, mas também a forma de gestão.

A partir daí, o que se reconhece nos discursos que fazem confluir diagnósticos e soluções para os problemas da instituição são dois planos de argumentação complementares: a crítica dirigida aos fundamentos da própria pena de prisão como instrumento punitivo e corretivo (suas funções penalógicas) e a crítica dirigida aos funcionamentos da instituição, em seus aspectos formais e operacionais (BARBOSA, 2013, p. 109/110).

¹ Para compreender melhor como funcionam os fluxos leiam o texto de Rafael Godoi: Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo / Communicating vessels, penitentiary flows: between inside and outside of the prisons in São Paulo in <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8777>. Acesso 15 de julho de 2023.

² LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

³ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/27/album/1485523634_334918.html

O autor argumenta ainda, que a função de controle e neutralização dos indivíduos passa ser prioritária, ficando a reinserção social com papel residual. Esse contexto afeta de forma decisiva as ações do Motyrum. No Rio grande do Norte a facção criminosa denominada Sindicato do Crime surge com a expansão do sistema carcerário e, em de terminado momento, passou a rivalizar com o Primeiro Comando da Capital – PCC. Mesmo antes do ocorrido em Alcaçuz, a tensão no cárcere era perceptível. Os discentes às vezes eram surpreendidos ao chegar no presídio e serem comunicados de que não poderiam entrar. A alegação de falta de segurança era o principal argumento, na maioria das vezes justificado pelo baixo efetivo de policiais penais no dia.

Em 2016 as atuações aconteciam no complexo penal Dr. João Chaves em Natal, na ala feminina. Alguns encontros ocorriam com as apenadas trancadas nas celas. Quando eram no período da tarde com o sol a pino, as conversas eram atravessadas pelo cheiro forte de esgoto que vinha do fundo do pavilhão. Era um momento em que se discutia o uso de tornozeleira eletrônica para aliviar a superlotação nos presídios. Quando questionadas sobre a possibilidade de sair com o benefício da tornozeleira, as apenadas eram taxativas, a bíblia já previa tal situação. Explicavam que no Apocalipse 13:16-18 havia uma clara referência aos que seriam marcados com o sinal da Besta. Ainda que não descartassem o uso da tecnologia, já anteviam a explicitação do preconceito e do estigma.

Apesar das adversidades, os encontros produziram um rico aprendizado para apenadas e extensionistas. Enquanto um grupo realizava as oficinas de educação popular e direitos humanos, outro fazia um levantamento da situação dos processos. O suporte jurídico fazia parte da estratégia de mobilizar as apenadas a participar das oficinas, visto que não vislumbravam benefícios imediatos nas mesmas. Seguindo a premissa freireana, a escolha das temáticas das oficinas era escolhida de forma dialogada e determinada por elas. Alguns temas faziam emergir sentimentos e conflitos que eram difíceis para os discentes lidarem. Daí percebeu-se a necessidade de tornar o grupo mais heterogêneo, visto que a maioria era do curso de Direito. Desde então, a formação e seleção⁴ dos extensionistas, que é realizada pelos próprios membros do projeto, procurou mobilizar de forma mais intensa alunos de outros cursos.

A mudança no perfil dos membros do Motyrum Penitenciário coincidiu com o período pós massacre de Alcaçuz e as portas fechadas para as atuações. O ocorrido colocou em evidência não só as péssimas condições nos presídios do Rio Grande do Norte, mas também o poder das facções criminosas. Nesse contexto, movimentos sociais passaram a reivindicar condições

⁴ A seleção de novos membros é realizada pelos próprios extensionistas e conta com um período de formação, onde são discutidos os princípios dos Direitos Humanos e a prática pedagógica de Paulo Freire.

dignas no sistema e a necessidade de frear o processo de encarceramento massivo. Parte do judiciário fez coro às demandas apresentadas. Por outro lado, ganhou força na opinião pública o clamor por um judiciário ainda mais punitivista e uma política de segurança pública ainda mais repressiva.

Visando o problema do superencarceramento e das garantias mínimas de direitos dos flagranteados foi instituído em 2015 as audiências de custódia no Rio Grande do Norte. Em 2017 o Motyrum firmou parceria com a Pastoral Carcerária e passou a atuar nas audiências. Os extensionistas aplicavam questionário junto aos flagranteados e acompanhavam as audiências. Foi um momento muito rico para os discentes. Apesar de não vivenciar o cárcere, puderam compreender melhor os mecanismos que atuam no encarceramento em massa. O contato com os flagranteados possibilitou conhecer um pouco das trajetórias de vida e as motivações que os colocaram ali. Acompanhar as audiências revelou os conflitos entre os atores do judiciário e os diferentes tratamentos perante um poder quase nada imparcial.

Outro legado desse momento foi o entendimento da necessidade de diversificar e adaptar as ações do Motyrum para além do sistema penitenciário. A ausência de atuações no cárcere deixou os discentes desmotivados. Uma parte considerável se desligou do projeto e os que ficaram procuraram novas formas de manter o projeto ativo. Durante os anos de 2017 e 2018 foram feitas visitas a prisões, campanhas de arrecadação de livros e material de limpeza para os apenados. Apesar da ausência de atuação nos presídios e da diminuição do número de extensionistas, foi nesse período que se descobriu a possibilidade de remir pena pela leitura. As campanhas e a atuação nas audiências de custódia permitiram que o Motyrum continuasse ativo e visível. As visitas serviram como aprendizado, inspiração para ações futuras.

Em 2019 houve nova seleção e foi elaborado um novo plano de atuação apresentado à recém-inaugurada Secretaria de Administração Penitenciária -SEAP. Com a mudança na gestão do governo estadual, abriu-se novamente oportunidade de atuação no sistema. A proposta de atuação apresentada previa a atuação em quatro frentes. Mantinha-se o acompanhamento dos processos e a formação em direitos humanos. Seria acrescentada oficinas de capacitação e noções de leitura e escrita para os apenados que tivessem interesse na remição pela leitura. Com a equipe renovada e o plano de atuação aprovado pelo governo, as expectativas eram grandes. Porém, mesmo com a nova gestão, entraves burocráticos e a rigidez na gestão do sistema prisional inviabilizaram a execução do plano.

Até o momento este artigo se destinou a apresentar um panorama geral do projeto de extensão Motyrum Penitenciário: Educação Popular em Direitos Humanos no Sistema Prisional do Rio Grande do Norte, vinculado à UFRN. Entender o trabalho realizado até o início da

pandemia da covid-19 faz-se importante, com o intuito de começar a traçar o objetivo destes escritos, que é problematizar até que ponto a pandemia limitou as ações de extensão e de que forma potencializou novas formas de atuação.

O objetivo principal deste artigo diz respeito à descrição das transformações que vão ocorrer no projeto posteriormente, ou seja, no período durante e pós pandemia. Desse modo, além de explicitar os trabalhos realizados desde o início de suas atividades, este artigo segue com foco em descrever as atividades do projeto de extensão nos anos de 2020, 2021 e 2022 – época influenciada pela pandemia. Ademais de fazer um relato de experiência sobre os desafios encontrados nesses últimos anos, pretende-se exaltar de que maneira o projeto foi conseguindo se ampliar e ocupar o espaço atual. De modo a mostrar os resultados alcançados, serão descritos de maneira breve as atuações com o Clube de Leitura na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Macau, a Comissão de Validação para a remição de pena pela leitura na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, a participação nas audiências de custódia, os processos formativos envolvendo os extensionistas e a produção científica, que engloba publicação de livros e artigos científicos, organização de eventos acadêmicos, entre outros. Por fim, evidenciamos quais são as perspectivas futuras para o Motyrum Penitenciário diante do cenário atual e das novas parcerias que estão em construção.

2. A PANDEMIA DA COVID-19 E A ATUAÇÃO DO MOTYRUM PENITENCIÁRIO

No início de 2020 o projeto de extensão se preparava para atuação presencial no complexo penal Dr. João Chaves e começava as articulações para atuação na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Macau, interior do Rio Grande do Norte, com oficinas de Direitos Humanos e Língua Portuguesa e atividades de remição de pena por leitura.

No entanto, a pandemia da covid-19 veio não apenas trazendo o lockdown e uma mudança de cenário sanitário grave, como também estampar as desigualdades existentes em nosso país, principalmente quando falamos de pessoas privadas de liberdade. Com isso, as visitas e projetos dentro das unidades prisionais brasileiras foram suspensas e o acesso à João Chaves se tornou praticamente impossível.

De modo imediato, a urgência era manter a segurança sanitária dos apenados dentro de um ambiente em que não existia a possibilidade de isolamento e de limpeza frequente. Diante dessa realidade, o Motyrum passou os primeiros meses de pandemia se dedicando a fazer campanhas⁵ de arrecadação de materiais de higiene pessoal para as unidades prisionais de

⁵ Ver @motyrumpenitenciario

Natal, Caicó e Pau dos Ferros, em parceria com a Secretária de Estado da Administração Penitenciária (SEAP/RN) e o grupo de pesquisa Violência, Trabalho e Ilegalismos, vinculado também a UFRN.

Enquanto isso, a articulação com a APAC de Macau continuava, porém condicionada a possibilidade da instalação de equipamentos de informática que permitissem atividades remotas. Ao mesmo tempo, coordenação e extensionistas planejam a forma de atuação com os recuperandos⁶, considerando a realidade apresentada: mais da metade dos apenados da Associação eram analfabetos, assim como a realidade apresentada no sistema comum e relatada no início deste artigo.

A partir desse cenário, em agosto de 2020 começamos as oficinas de Direitos Humanos e de Execução Penal, com duração de um semestre e ministrada pelo Google Meet, com uma metodologia prioritariamente visual e auditiva, possibilitando que tanto aqueles que fossem alfabetizados quanto os que não fossem pudessem participar das atividades propostas. A educação popular se colocou em destaque nesta ação, ao se adequar à realidade apresentada, sem priorizar atividades apenas para aqueles que são alfabetizados, já que a exclusão desse grupo ocorreu muito antes deles adentrarem o sistema prisional e não faria sentido que um projeto pautado na premissa freireana permitisse a exclusão de algum dos reeducandos.

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietarnos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria (FREIRE, 1996, p. 72).

Ao finalizamos o primeiro ano da pandemia (2020) com uma nova estrutura de atividades e recebendo o feedback positivo dos recuperandos da APAC de Macau quanto aos conteúdos e metodologias utilizadas, decidimos tentar implementá-los em unidades prisionais do sistema comum. Apesar da continuidade da proibição de atividades presenciais, propusemos a criação de uma cartilha sobre Execução Penal, a ser distribuída aos reclusos do RN, no entanto, não tivemos apoio financeiro e nem parcerias que nos possibilitasse seguir com o trabalho.

Em 2021 começamos o ano com novidades para a APAC, considerando que a parceria com a Associação foi e segue sendo exitosa, possibilitando um diálogo constante e a abertura para novas atividades, diferente do sistema comum. Foi então criado o Clube de Leitura⁷ em

parceria com um docente do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Macau. O Clube, até os dias atuais, possibilita que os reeducandos tenham contato com diferentes obras

⁶ O termo “recuperando” e “reeducando” é usado no Método APAC e por isso foi adotado neste artigo.

⁷ Ver @clubedeleituraapac

literárias, a partir de uma leitura coletiva e semanal, contanto com a participação do professor do IF e de um aluno extensionista a nível secundário no modo presencial e de extensionistas do Motyrum Penitenciário no modo remoto. Além da leitura e discussão das diferentes obras, o Clube tem como metodologia as estratégias usadas por Casson (2014) para o letramento literário. Além disso, também permite que os privados de liberdade possam remir pena por leitura, a partir da escrita de resenhas dos livros lidos. Tais escritos são corrigidos pelos extensionistas e pelo docente do IFRN, possibilitando um trabalho contínuo desde o referido ano até os dias atuais (2023).

O Clube de Leitura também promoveu o 1º Sarau Saravá, que contou com a participação do cientista social potiguar Gabriel Miranda, autor do livro de poesias *Escritos de amor e outros versos*, obra lida e comentada pelos recuperandos ao longo de um mês. Por ser online, o evento contou com a presença não apenas dos reeducandos e dos envolvidos no Motyrum Penitenciário, mas também de familiares e amigos que puderam prestigiar a leitura de poemas, declamação de cordéis entre outras produções realizadas pelos apenados com temáticas de amor, vida-morte e utopias para um novo mundo. Tal atividade coloca em evidência mais uma vez os preceitos de Paulo Freire ao promover tarefas que se relacionam com o dia a dia dos presos – que ocupam o papel de alunos – escrevendo e compartilhando poesias orais com temáticas relacionadas ao universo deles e possibilitando a difusão dessas produções, não deixando-a restrita apenas ao ambiente da APAC, como defende Freire (1996) “é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática” (FREIRE, 1996, p. 90).

Em 2022 foi a volta das atividades presenciais, possibilitando visitas à APAC e oficinas pensadas para este novo formato – pelo menos para nós, que ainda não tínhamos conseguido ir presencialmente à APAC. Além disso, o nome do projeto tomou grandes proporções, com convites para parcerias internacionais, como com a Universidad Rey Juan Carlos, de Madri e o reconhecimento da reitoria da UFRN. Nesse ano, participamos ao menos de 3 reuniões que nos permitiu a apresentação do nosso trabalho para o reitor da universidade, trazendo como desdobramentos a criação da Comissão de Validação de remição de pena por leitura na Penitenciária Estadual de Alcaçuz – atividade iniciada em 2023.

O ano de 2022 também foi importante por lançar e publicar e-book *Da violência ao cárcere, da extensão à esperança*⁸, livro organizado pelos coordenadores do Motyrum Penitenciário. A obra começou a ser organizada em 2020 e foi dividida em 3 partes, a primeira

⁸ A obra completa pode ser acessada em <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/51923>

dedicada a capítulos de pesquisadores sobre o cárcere no Brasil, a segunda com relatos de projetos de extensão voltados para a população privada de liberdade das 5 regiões do Brasil e a última com textos relatando o nosso trabalho no Motyrum ao longo de todos esses anos, incluindo o período da pandemia. Lançar esse livro e poder disponibilizá-lo a sociedade de forma gratuita é, sem dúvida, o mais importante trabalho realizado pelo projeto, permitindo que a extensão seja retratada tal como realmente é, um lugar essencial de produção de conhecimento, pesquisa científica e de prestação de serviço à comunidade. Além de evidenciar as principais e atuais pesquisas voltadas para o cárcere em diferentes áreas: criminologia, educação prisional, públicas, ciências sociais etc.

Como evento de lançamento do livro promovemos o “Humanizar e desencarcerar”, que ocorreu no formato híbrido, contando com a fala dos organizadores da obra e duas autoras de capítulos do livro, representando a região Sul e a região Norte. Esse dia também reuniu extensionistas e ex-extensionistas do Motyrum, rememorando seus quinze anos de existência.

Além das atividades já relatadas até então, ao longo dos últimos 3 anos o Motyrum Penitenciário seguiu com atividades que eram anteriores à pandemia, como a publicação de edições da Revista Transgressão: Ciências Criminais em Debate⁹, importante espaço para a sistematização teórica organizado pelos discentes do projeto, sendo pioneira no Estado do Rio Grande do Norte e no Nordeste, a versar exclusivamente sobre a temática, cujo principal objetivo é o fomento dos debates voltados para as ciências criminais na academia. A revista prioriza uma análise cidadã da conjuntura social relacionada às abordagens da criminologia crítica e o protagonismo social dos sujeitos que se inserem nesses diálogos, com especial destaque para os indivíduos ligados ao sistema prisional: apenados(as), seus familiares, policiais penais, magistrados, pesquisadores, dentre outros.

Também tiveram diversas edições do (IN)Justiça Penal, evento voltado para o lançamento de edições da revista, com o objetivo de convidar pesquisadores, egressos e familiares de egressos do sistema prisional e profissionais da área de segurança para debater as diversas temáticas envolvendo o cárcere no Brasil e, mais especificamente, no Rio Grande do Norte. Tencionando, assim, incluir a universidade nos debates acerca do sistema carcerário no RN, a partir da vivência das pessoas que com ele interagem diretamente (apenados e apenadas, profissionais do Direito, policiais penais, familiares de apenados e outros profissionais). Desse modo, de 2020 até o presente momento foram organizados os seguintes eventos:

⁹ A Revista Transgressões pode ser acessada em <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/about>

- XVIII (IN) Justiça Penal - Criminalidade e Segurança Pública: a atuação de instituições não estatais (2020)
- XIX (IN) Justiça Penal - Segurança Pública, Justiça Criminal e Sistema Penitenciário em Tempos de Pandemia (2021)
- XX (IN) Justiça Penal: a participação da população civil no cárcere e a efetivação do direito à educação (2022)

Apesar de estarmos apenas na metade de 2023, o projeto Motyrum vem se articulando cada vez mais para expandir os lugares e as formas de atuação. Houve a volta de participação nas audiências de custódia, agora através do Serviço de Assistência Rural e Urbano – SAR. O objetivo do SAR é “contribuir para o acesso às redes de serviços e ações de cuidado, cidadania e inclusão social no processo das audiências de custódia.” Os discentes contribuem para o receber e orientar os familiares de pessoas flagranteadas, bem como identificar e suprir suas necessidades imediatas. Participam também da Comissão de Validação para a Remição de Pena por Leitura para a Penitenciária Estadual de Alcaçuz está em atividade, tendo validado até o momento 198 relatórios, com base na leitura de 11 obras.

Com relação aos eventos, houve o “Segurança em debate: Territórios de tensão” - evento organizado pelo grupo de pesquisa Violência, Trabalho e Illegalismos em parceria com o Obijuv, o Motyrum Penitenciário e o GPME. O evento procurou colocar em debate os problemas atuais da segurança pública no Brasil, especialmente no RN, após os ataques terroristas promovido por uma facção criminosa, que aterrorizou o estado. E no mês de julho o Motyrum promoveu a ida de dois recuperandos da APAC para uma fala sobre a APAC e sobre os trabalhos ali realizados. O “Educar e Ressocializar - Educação no Cárcere: cumprimento e remição de penas na APAC” possibilitou que a comunidade acadêmica conhecesse mais sobre a Associação e sobre o trabalho realizado pelo Motyrum Penitenciário e pelos projetos parceiros. Mas mais que isso, esse evento possibilitou a entrada dos privados de liberdade no ambiente universitário, permitindo que falassem para um público nunca imaginado, promovendo assim a verdadeira interação entre academia e sociedade.

3. OS DESAFIOS DA PANDEMIA E AS NOVAS POSSIBILIDADES

O primeiro ano da pandemia (2020) nos fez mudar a rota de atuação do projeto Motyrum Penitenciário, cancelando as atividades programadas para complexo penal Dr. João Chaves e nos pedindo ações emergenciais para ajudar as unidades prisionais do estado do Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, fomos nos articulando para poder atuar de outra forma, nos adequando à realidade do momento e iniciando a parceria com a APAC de Macau.

Apesar do cenário devastador, que matou mais de 700 mil pessoas no Brasil vítimas da covid-19 – número subnotificado no sistema prisional – o projeto não apenas conseguiu atuar de maneira efetiva, como também ganhou visibilidade a nível local, regional, nacional e internacional. Nossos principais desafios estiveram na impossibilidade de atuar presencialmente, no entanto, conseguimos nos adaptar de modo a seguir com as atividades de pesquisa, extensão e ensino, deixando esse trabalho em evidência a partir de publicações de livros, artigos etc.

Também faz-se importante destacar que o ano de 2023, ano em que foi decretado o fim da pandemia da covid-19, o projeto tem estado cada vez mais ativo, contando com um quadro renovado de extensionistas que se alinham cada vez mais à diversas demandas exigidas pela necessidade existente no estado do RN com relação aos privados de liberdade.

Atualmente, o Motyrum tem dialogado com o Escritório Social de Natal afim de estabelecer parceria para ações no sistema prisional com apenas pré-egressas. O Escritório é vinculado ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/RN). Tem como objetivo principal dar apoio e encaminhamento aos egressos do sistema prisional tendo em vista suas demandas. A busca pelo Escritório é feita de forma voluntária e, na maioria das vezes, os egressos conhecem o programa através do boca a boca. Nessa nova etapa do Escritório, o objetivo é preparar egressos que estão há seis meses para sair do sistema para a vida fora da prisão. Dentre as atividades que serão realizadas com os apenados, há a realização de oficinas de direitos humanos, o que deve ficar sob responsabilidade do Motyrum.

Em modo de conclusão, apesar dos momentos de instabilidade do projeto antes da pandemia da covid-19, o Motyrum Penitenciário tem ganhado cada vez mais espaço de trabalho no estado do Rio Grande do Norte e a expectativa é que possa seguir em constante atividade ao longo dos próximos anos, evidenciando sua importância em promover o diálogo entre unidades prisionais, privados de liberdade, família de apenados e egressos do sistema, governo do estado, além de possibilitar profundas pesquisas científicas e proporcionar importantes eventos que promovam discussões entre a comunidade acadêmica, a sociedade e o governo.

Referências:

BARBOSA, Antonio Rafael. 'Grade de ferro? Corrente de ouro!': circulação e relações no meio prisional. *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 25, p. 107-129, 2013.

BRASIL, Lei 7.210/1984: Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm Acesso em 13 ago. 2023.

CASSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 192.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.